

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DO TEMA FEMINISMO NAS MATRIZES CURRICULARES DAS UNIVERSIDADES PAULISTAS

¹Ricardo Maruo, ¹Camila Soares, ¹Alan Almario, ¹Carina Macedo Martini,
¹Camilla de Paula Pereira Uzam, ²Ana Rosa Lins Souza

¹ Universidade Ibirapuera

Av. Interlagos, 1329 - São Paulo – SP

² Universidade de São Paulo - USP

camilla.uzam@ibirapuera.edu.br

Resumo

Na incessante busca por direitos, o movimento feminista brasileiro teve uma influência significativa para a valoração de novos espaços públicos e político-sociais, assumindo uma dimensão claramente reivindicatória e transformadora, lutando não apenas por reconhecimento, mas pela efetivação de direitos, garantias e oportunidades. Em meio as reivindicações atuais e consequências das vitórias conquistadas o movimento feminista encontra-se com uma lacuna entre o efetivo e o prático. Este artigo traz uma análise sobre esta problemática e elabora caminhos alternativos para as soluções que beneficiem a todos.

Palavras-chaves: Feminismo, Feminista, Sororidade, Universidade, Educação, Empoderamento.

Abstract

In the ceaseless search for rights, the Brazilian feminist movement had a significant influence on the valuation of new public and social-political spaces, assuming a clearly demanding and transformative dimension, fighting not only for recognition but for the realization of rights, guarantees and opportunities. Amid the current claims and consequences of victories won, the feminist movement has a gap between effective and practical. This article presents an analysis on this problem and elaborates alternative ways for solutions that benefit all.

Keywords: Feminism, Feminist, Sorority, University, Education, Empowerment.

1. INTRODUÇÃO

Todos os movimentos organizados que defendem causas reais, com foco no bem-estar da maioria, geram mudanças perante a sociedade. Com o movimento feminista brasileiro isso não foi diferente. Porém, todas as mudanças causam rupturas no modelo organizacional vigente e consequentemente expõem novos problemas a serem resolvidos. Em 1962, fruto do ativismo feminino brasileiro, ocorreu a mudança no Código Civil de 1917, no qual a mulher casada era considerada incapaz do ponto de vista civil. A nova Lei 4.121 equiparou os direitos dos cônjuges através da aprovação do Estatuto Civil da Mulher. Mas esta não foi a única conquista do movimento feminista brasileiro, ocorreram muitas outras, como direito de votar e sistema de cotas para mulheres nos partidos eleitorais, delegacia especializada no atendimento à mulher, conselhos estaduais para discutir sobre políticas públicas para as mulheres. Para entender as consequências de todas elas perante a sociedade é preciso, antes de tudo, entender o panorama geral que provocou estas mudanças. O feminismo é considerado um dos movimentos mais importantes do século 20. Com ele, a mulher conquistou o direito ao voto, à contracepção, o direito ao trabalho remunerado, ao estudo, direito de escolher uma profissão, direito de ir e vir, de se divorciar e muitos outros. Porém, no século 21, outras desigualdades foram expostas frente a estas conquistas. Se, no século passado, a mulher havia conquistado o direito ao trabalho remunerado, o cenário atual mostra uma grande desigualdade salarial entre homens e mulheres. Em 2009, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) realizou um estudo na América Latina e constatou que mulheres, negros/as e os/as indígenas recebem salários inferiores aos dos homens brancos. A diferença salarial entre homens e mulheres com a mesma idade e nível de instrução chega a 17%. Da mesma forma, a população indígena e negra ganha em média 28% menos que a população branca de mesma idade e nível de instrução. No Brasil, estes índices só pioram. Em 2015, o Fórum Econômico Mundial realizou a pesquisa Índice Global de Desigualdade de Gênero e o Brasil ocupou a 85ª posição, abaixo de países como Vietnã e Sri Lanka. A pesquisa estimou um valor de US\$ 12 mil por ano, em média, para as mulheres (cerca de R\$ 44,9 mil) e para os homens, em torno de US\$ 20,4 mil anuais (cerca de R\$ 76,3 mil). Também constatou que homens têm maior participação no mercado de trabalho, com 85% deles empregados ou procurando emprego. Entre as mulheres, esse número cai para 65%. Além disso, os homens representam 63% dos funcionários públicos de alto escalão, diretores

e legisladores, contra 37% de participação das mulheres. A desigualdade salarial não é o único motivo da atual luta do movimento feminista brasileiro. Em 2014, segundo dados do 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, cerca de 47.600 mulheres foram estupradas em todo país. Isso equivale dizer que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil⁴. Estes dados são bem mais alarmantes considerando que a pesquisa só consegue levar em conta os casos que foram registrados em boletins de ocorrência, cerca de 35% do montante real. Isso significa que os outros 65% que não entram nas estatísticas. Dados das agressões em ambiente doméstico ou familiar demonstram que quase 86% da violência foram realizadas pelo cônjuge, namorado ou parceiro, sendo que ainda há casos subnotificados. Mesmo a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006⁵, não foi suficiente para impedir o aumento no número de homicídios contra mulheres no Brasil. A violência contra a mulher ainda é sistemática e as maiores vítimas são as negras. A pesquisa realizada pelo sociólogo Júlio Jacobo apontaram que, em dez anos, o número de homicídios de mulheres negras aumentou 54%, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. No mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013⁶. O movimento feminista brasileiro nunca teve a intenção de causar problemas com suas conquistas, mas assim como sempre acontece quando existem mudanças significativas, elas geram desconforto, medo e assustam aqueles que não se adaptam. Os dois cenários relatados, a desigualdade salarial e o aumento da violência contra mulher são retratos da atual sociedade brasileira. Se o feminismo brasileiro luta pelos direitos equânimes e uma vivência humana por meio do empoderamento feminino, a sociedade brasileira ainda resiste mantendo os padrões patriarcais que aprenderam durante anos.

2. A PROBLEMÁTICA

Para quem já nasceu na virada do século sob uma perspectiva mais livre, todos esses direitos obtidos, no decorrer dos anos, podem soar como absurdos. Apesar de haver, hoje em dia, principalmente na internet, muita informação a respeito das conquistas femininas e manifestações espontâneas nas redes sociais em prol do feminismo, é fácil afirmar que movimentos organizados são poucos. A grande maioria, quando apoiam a causa feminista o fazem porque lutam por um ideal de justiça. Mesmo que não saibam, ao certo, por quais reivindicações estão lutando e quais as consequências estas mudanças trarão. Salários iguais aos dos homens no desempenho da

mesma função, combate a discriminação no mercado de trabalho, mais empenho das autoridades perante as leis de assédio sexual, legalização do aborto, um novo modelo de desenvolvimento valorizando os saberes e da cultura afro-brasileira, o fim da exploração da imagem da mulher como objeto nas publicidades, leis que defendam a igualdade da identidade de gênero para mulheres transsexuais, cota para mulheres na política. Em 1996, visando às eleições para prefeitos e vereadores, as mulheres se organizam em todo o País e, através do movimento Mulher Sem Medo do Poder, aumentam o número de vereadoras e prefeitas em todo o território nacional. O Congresso Nacional incluiu o sistema de cotas, na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos políticos a inscreverem, no mínimo 20% de mulheres em suas chapas proporcionais (Lei nº. 9.100/95 - § 3º, art. 11), e a Lei 9504/97 eleva para 30%, sendo que para 1998 foi definido 25% das vagas. Estas são algumas das reivindicações atuais do movimento feminista brasileiro, por isto existem várias correntes dentro do feminismo, com pensamentos e posicionamentos distintos. Não há “o” feminismo, mas vários feminismos. Estas correntes são importantes e saudáveis, porém, sem uma finalidade concreta elas se transformam, como diria o sociólogo francês Pierre Bourdieu, em violência simbólica. Ou, popularmente chamado de massa de manobra⁷.

3. A GRANDE MASSA

“O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

O fenômeno midiático que dominou o Brasil nos meses de abril e maio de 2016 foi, sem dúvida, o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Não há intenção, neste artigo, de analisar os motivos que levaram ao impeachment, muito menos a legalidade do processo. Neste artigo debate-se um outro fenômeno, a dualidade ideológica que se apoderou da massa popular levando milhões de pessoas às ruas. O grande volume de informações em blogs, sites e portais de notícias dividiu a população, tanto nas ruas quanto nas redes sociais, entre os prós e contras o impeachment. A dualidade ideológica gerou agressões físicas e verbais que foram massivamente expostas nas redes sociais. Estas reações assemelham-se ao que a psicanalista austríaca, Melanie Klein, define como clivagem. (COSTA, 2007.), a defesa subjetiva primordial da criança frente ao seio da mãe. Uma divisão primitiva onde a criança começa a definir o seio bom e seio mau. O seio “bom” porque o amamenta

e o “mau” porque se ausenta. Quando uma nação descontente com o poder governamental é dividida em duas massas ideológicas, os de esquerda e os de direita, é simples reduzir esta dualidade entre os bons e os maus. Neste contexto, o historiador Joseph Campbell dá uma grande contribuição em seu livro *O Herói de Mil Faces* quando diz que, inconscientemente, as melhores escolhas mantêm vivo o herói que criado nas pessoas. Diz Campbell: “o herói não morre como homem moderno, mas, como homem eterno” (CAMPBELL, 1987, 20). A primitiva validação das escolhas usando o critério do “bom” e do “mau” acreditando que a escolha do “bom” sempre será responsável pela salvação, cria margens, mesmo que inconsciente, para as massas de manobra. Como no dito popular: “Quando você não sabe exatamente que caminho seguir, qualquer um serve”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo atual possui uma linguagem própria utilizando termos como “empoderamento feminino”, “patriarcado”, “mansplaining”, “apropriação cultural”, entre outros. Mas uma palavra, em especial, dá sequência a este artigo. - “Sororidade” é uma palavra que não existe na língua portuguesa, ela foi criada pelo movimento feminista e tem como princípio básico a aliança feminista entre mulheres. Sororidade é um conceito macro de experiências subjetivas entre mulheres na busca por relações positivas e saudáveis, na construção das alianças existenciais e políticas com outras mulheres, contribuindo para a eliminação de todas as formas de opressão e ao apoio mútuo para alcançar o empoderamento de cada mulher. A identificação entre mulheres como semelhantes aumenta conforme as coincidências de condições, tais como a idade, geração, sexualidade, classe social, etnia, formação cultural, ideologia, entre outras. Plantar relações de sororidade significa ter a predisposição de apoiar a causa de outras mulheres frente o empoderamento feminino. Não é preciso ser amiga para vincular-se de forma solidária. Mesmo entre aquelas que têm conflitos pode-se viver em sororidade. Sendo assim, nenhuma mulher tratará de excluir, destruir ou causar dano à outra. O sentido da sororidade é propiciar melhores condições de vida para as mulheres e derrubar muros patriarcais. Porém, como ocorre com muitos termos e conceitos sociais que não são entendidos em sua totalidade, a grande massa começa a banalizar, fazendo com que ele perca o sentido. Para que a essência do conceito sororidade permaneça viva junto com as lutas femininas é necessário equalizar o fluxo de conhecimento. Portanto, seria de grande valia que instituições de ensino, principalmente as universidades, comessem

a inserir em suas matrizes curriculares a disciplina “feminismo”. Matérias que abordem a história do feminismo, as razões das reivindicações, a atualidade feminina, as consequências das conquistas, entendimento detalhado de cada causa e, principalmente, o pensamento crítico e analítico perante a sociedade patriarcal e sobre o próprio feminismo, são de grande importância para que o movimento não se torne massa de manobra aos interesses particulares de poucos.

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, ANO 9, 2015. ISSN 1983-7364. http://www.forum-seguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. Código Civil, 1917. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm#art4.

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.

COSTA, Teresinha. Psicanálise com crianças. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007.

CAMPBELL, Joseph. O Herói de Mil Faces, PENSA-
MENTO, 2004.

CATALOGING- IN- PUBLICATION DATA PROVIDED
BY THE INTER- AMERICAN DEVELOPMENT BANK,
2009.